

EDUCAÇÃO FEMININA NO AMAZONAS: A INSTRUÇÃO DE MENINAS ÓRFÃS E DESVALIDAS NO INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT NO ALVORECER DA REPÚBLICA DE 1892 A 1896

Daniel Rodrigues de Lima

Prof. João da Silva Lopes

Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI
Licenciatura em História (HID0167) – Trabalho de Graduação
14/09/2013

RESUMO

Educação Feminina no Amazonas: a instrução de meninas órfãs e desvalidas no Instituto Benjamin Constant no alvorecer da República de 1892 a 1896 é o título de nosso artigo. O objetivo geral que visamos alcançar é compreender a que tipo de educação e instrução estavam sujeitas as meninas do Instituto Benjamim Constant durante o período de 1892 a 1896. Percebe-se que a formação destinada era o ensino primário, porém, sobretudo, a ênfase era a educação moral e doméstica, com o intuito de formar boas mães de família. Nossa abordagem teórica foi forjada a partir dos conceitos de História das Mulheres e Relações de Gênero, buscando com isso alçar as mulheres à condição de sujeitos e objetos da história e, com isso, fazê-las existir, falar, viver e ser. A metodologia utilizada, além da ampla análise sobre bibliografias que tratam do tema pesquisado, foram documentos encontrados nos Arquivos do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas (IGHA), no site da Hemeroteca Digital Brasileira. Outras fontes foram: diário oficial, regulamentos, leis, decretos, mensagens dos administradores do período de 1850 a 1892, jornais que circulavam na época de 1892 a 1896 e álbuns com fotografias da instituição. Acreditamos que muito há a se fazer, não esgotamos o assunto e com isso novas pesquisas sobre educação e educação feminina no Brasil e no Amazonas, com outros recortes históricos, devem ser elaboradas e, devido a isso, observarmos que a conquista da instrução, da educação e a consequente atuação foi fundamental para o feminino tornar-se sujeito ativo na história.

Palavras-chave: Instituto Benjamin Constant. Instrução. Educação do Feminino.

1 INTRODUÇÃO

Para a elaboração deste, escolhemos como tema a “Educação Feminina no Amazonas: a instrução de meninas órfãs e desvalidas no Instituto Benjamin Constant no alvorecer da República de 1892 a 1896”. O título está articulado com área

de concentração “História das Mulheres e Relações de Gênero”.

A escolha do tema é por entendermos que a historiografia acerca da História do Amazonas pouco descreveu sobre a educação de meninas e mulheres. Com isso, buscamos dar espaço para construir

discussões acerca de que tipo de educação as mulheres foram submetidas, ou seja, se esta educação e instrução eram iguais ou não à repassada aos meninos e homens, além de verificar se meninas e meninos ocupavam os mesmos espaços quando o assunto é educação e instrução.

A relevância de nossa pesquisa acredita-se que seja poder evidenciar como era o ensino de meninas no Estado do Amazonas, durante o período de 1892 a 1896, no governo de Eduardo Gonçalves Ribeiro, contribuindo desta forma para dar espaço às mulheres enquanto sujeitos ativos da história. Portanto, acreditamos que contribuimos com a história do Amazonas e História da Educação em geral, pois demonstramos através de nossas discussões o papel feminino nos espaços educacionais, em especial no Instituto Benjamin Constant.

Os objetivos que visamos alcançar nestas páginas que seguem são: compreender que tipo de educação e instrução estavam sujeitas as meninas do Instituto Benjamin Constant durante o período de 1892 a 1896; analisar como se desenvolveram os estudos teóricos de História das Mulheres e Relações de Gênero; verificar como ocorreu o processo de educação das mulheres ao longo dos séculos no Brasil e Amazonas; e contextualizar o período histórico do Estado do Amazonas de 1889 até 1896.

A bibliografia que nos serviu de orientação para as nossas discussões foi de caráter variado, em que consultamos livros e artigos, sendo que todas as obras contribuíram para a realização desta pesquisa e, conseqüentemente, de seus resultados.

No que tange à área de concentração de nossa temática “História das Mulheres e Relações de Gêneros”, destacamos os artigos de Cristiane Manique Barreto (2009), Rachel Soihet (1997) e Mary Del Priore (1998), em que as autoras nos informam sobre o conceito de História das Mulheres e

Relações de Gênero, além de desenvolverem balanço historiográfico e também analisarem como as mulheres e a categoria de gênero foram e são representadas pela produção histórica ao longo dos tempos.

Acerca da educação e instrução, analisamos obras diversas, podendo destacar: “Mulher e Educação: Paixão pelo possível”, de Jane Soares de Almeida (1998), em que a autora salienta a educação feminina e sua profissionalização no magistério no século XIX.

O artigo contido na obra “Nova História das Mulheres no Brasil”, de Fúlvia Rosemberg (2012), intitulado “Mulheres educadas e a educação de mulheres”, traça a trajetória do ensino das mulheres do início da fase imperial brasileira até o século atual. Guacira Lopes Louro (2012), com artigo “Mulheres na sala de aula”, na obra “História das Mulheres no Brasil”, desenvolve discussões sobre a inserção do feminino no espaço escolar brasileiro durante os séculos XIX e XX, evidenciando as mulheres enquanto alunas e professoras.

Quando se trata da educação no Amazonas, vale destacar a obra “As mulheres e o poder na Amazônia”, de Heloisa Lara Campos da Costa (2005), em que a autora abre dois capítulos, o quinto e sexto de sua obra, para falar sobre educação feminina em âmbito nacional e regional, em que no sexto capítulo, “A Mulher e a conquista da instrução Pública na Amazônia”, desenvolve estudo sobre a instrução pública nas províncias, depois estados do Pará e Amazonas, no período de 1840 a 1930.

Sobre o Instituto Benjamin Constant, além da autora acima citada, destacamos duas dissertações de mestrado, de Alba Barbosa Pessoa (2010) e Luciane Maria Dantas de Campos (2010), em que as autoras das respectivas pesquisas abrem capítulos para tratar do tipo de educação e instrução oferecido às meninas no Instituto Benjamin

Constant.

Para contextualizarmos historicamente o período de 1889 a 1896 no Amazonas, utilizamos Arthur Reis com “História do Amazonas” (1989), Antônio José Souto Loureiro (1978) com “Síntese de História do Amazonas”, Etelvina Garcia (2009) em “O Amazonas em Três Momentos: Colônia, Império e República”, e Mario Ypiranga Monteiro (1990) com “Negritude e Modernidade”. Portanto, os autores nos ajudarão a compreender a política, a economia, a sociedade, a educação, a urbanização e o cotidiano do Estado do Amazonas, em especial a cidade de Manaus, onde está inserido o Instituto Benjamin Constant, e, com isso, veremos como estas meninas viveram e vivenciaram a cidade durante este período efervescente de nossa história.

Em nossa metodologia de trabalho optamos pela análise das fontes primárias, pois são estas que nos colocam em contato mais íntimo com o objeto de estudo, em que podemos perguntar ao objeto de análise diretamente sem intermediários. Foram verificados: Diários Oficiais do Estado, relatórios, falas, exposições e mensagens dos presidentes de Província e do governador à Assembleia Legislativa, leis, decretos, regulamentos de 1892 e 1894, jornais da época (Diário de Manáos e Commercio do Amazonas) e álbuns com fotografias que tratavam do tema em pesquisa. Estes materiais foram encontrados no acervo do Instituto Histórico e Geográfico do Amazonas (IGHA), Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional e acervos particulares.

2 HISTÓRIA DAS MULHERES E RELAÇÕES DE GÊNERO: FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A área de concentração da produção de nosso artigo é História das Mulheres e Relações de Gênero, e nossa escolha se dá pelo fato de acreditarmos que é muito presente ainda hoje na historiografia e na

produção de livros (acadêmicos e didáticos) de história uma quase completa invisibilidade do feminino, em que se dá espaço ínfimo e mínimo às mulheres enquanto agentes da história e sujeitos sociais que são. A partir disso, propomos questionamentos e elaboramos respostas nas páginas que se seguem em nosso artigo.

Entre as obras que são de bastante importância em nossa fundamentação teórica, temos o artigo “História e relações de gênero”, de Cristiane Manique Barreto, no qual a autora busca de forma sintética desenvolver um estudo sobre as diferenças entre homens e mulheres ao longo do processo histórico, além de conceituar a categoria de gênero enquanto análise histórica, pois, de acordo com a autora, temos a seguinte conceituação sobre gênero:

Quando falo em gênero, estou falando de relações. Não de mulheres, nem de homens, mas de como histórica e socialmente foram construídas as relações entre homens e mulheres. Portanto, a categoria de análise-gênero remete à cultura e não ao biológico (BARRETO, 2009, p. 146).

Dessa forma, entendemos que a diferenciação sexual é biológica, contudo as análises acerca da categoria de gênero só podem ser entendidas em suas relações sociais e culturais, ou seja, ser homem ou mulher é uma construção social e cultural, e a partir disto uma relação de poder que envolve a sexualidade como construção social e cultural, com seus ritos, linguagens, representações e símbolos.

O artigo de Rachel Soihet, “História das Mulheres”, nos fornece grandes contribuições no sentido de entendermos como a historiografia trabalhou com a questão do feminino ao longo dos séculos, em que a autora procura observar as relações de homens e mulheres na história. Além disso, lança mão de conceitos do que é História das Mulheres e Relações de Gêneros, mostrando várias perspectivas a seguir,

como a ação e luta das mulheres; mulheres e trabalho; mulheres, família e maternidade; e, por fim, mulher e sexualidade. Em cada uma destas perspectivas a autora orienta sobre as principais obras historiográficas produzidas sobre uma das questões citadas.

A autora salienta ainda que não devemos trabalhar com a história da mulher, mas com história das mulheres, pois estas possuem as mais variadas diferenças, de classe, religião, étnica, entre outras, em que se busca entender que “[...] as mulheres são alçadas à condição de objeto e sujeito da história” (SOIHET, 1997, p. 399), ou seja, objeto por poderem ser estudadas em suas especificidades e diferenças, assim como em suas similitudes, e sujeitos, em seu processo cotidiano de viver em sociedade, por produzirem a história.

O artigo “História das Mulheres: As Vozes do Silêncio”, de Mary Del Priore, é outro ensaio historiográfico de extrema importância na compreensão e entendimento da abordagem História das Mulheres e Relações de Gênero, apresentando um balanço dos campos de análise, sendo considerado de suma importância a produção de uma História das Mulheres e Relações de Gênero, pois se visualiza que, mesmo subsumidas da história oficial, estas estão presentes nos mais variados setores da vida social e cotidiana, em que suas “vozes do silêncio” podem ser encontradas em diversos arquivos e fontes variadas.

[...] para que serve a história das mulheres? E a resposta viria simples: para fazê-las existir, viver e ser. [...] Sua função maior deve ser a de enfocá-las através da submissão, da negociação, das tensões e contradições que se estabeleceram, em diferentes épocas, entre elas e seu tempo; entre elas e a sociedade nas quais estavam inseridas. Trata-se de desvendar as intrincadas relações entre a mulher, a sociedade e o fato, mostrando como o ser social que ela é articula-se com o fato social que ela mesma fabrica e do qual faz parte integrante. Trata-se, igualmente, de um

desafio no sentido de fazer uma história total da mulher, na qual se contemplem as grandes evoluções, profundas e silenciosas, de comportamentos, aquelas dos sentimentos religiosos ou das mentalidades, as demográficas e as técnicas. Mas história da qual não estejam ausentes os pequenos gestos, as práticas miúdas e repetitivas do cotidiano, as furtivas formas de consentimento e interiorização das pressões, simbólicas ou concretas, exercidas contra as mulheres (PRIORE, 1998, p. 235).

Diante do exposto pela autora, entendemos que a história das mulheres deve privilegiar não a mulher singular, mas as diversas mulheres, enfocando seus processos de viver em sua prática social que produzem as formas de submissão, da negociação, das tensões e contradições existentes em seu universo social, em que devemos observar e compreender os pequenos gestos e suas práticas miúdas mais íntimas no viver cotidiano e, com isso, fazê-las existir, falar, viver e ser.

2.1 REPRESENTAÇÕES DO FEMININO NO PROCESSO HISTÓRICO

Ao longo dos processos históricos representados por aqueles que produziram a história, os historiadores homens (principalmente), das diferentes épocas, relegaram a condição do feminino sempre a um segundo plano.

Numa obra clássica, *O segundo sexo*, publicada em 1949, Simone de Beauvoir fez uma observação fundamental: as mulheres não tinham história, não podendo, consequentemente, orgulharem-se de si próprias. Ela dizia, ainda, que uma mulher não nascia mulher, mas tornava-se mulher. Para que isto acontecesse, ela deveria submeter-se a um complexo processo, no seio da construção histórica cujo espírito determinaria seu papel social e seu comportamento diante do mundo. Beauvoir sabia que o território do historiador manteve-se, durante muito tempo, exclusividade de um só sexo. Paisagem marcada por espaços onde

os homens exerciam seu poder e seus conflitos, empurrando para fora destes limites os lugares femininos. Assim sendo, espaço comum de homens e mulheres, a família, acabou por tornar-se uma região particular, uma espécie de geografia insular. Sobre este solo da história, as mulheres, de forma precária, tornaram-se herdeiras de um presente sem passado, de um passado decomposto, disperso, confuso (PRIORE, 1998, p. 217).

Quando as mulheres eram ou foram lembradas na história, só foram pelo fato de algumas terem exercido alguma função excepcional, que na maioria das vezes era executada por homens, como cargos de imperatrizes e rainhas. Verificamos esta constatação com Cleópatra, na antiguidade no Egito, e Teodora, no período medieval no Império Bizantino.

Falando sobre o período antigo e o medieval, a historiadora Cristiane Barreto salienta a seguinte questão:

Na Antiguidade e no período medieval, no mundo ocidental, as diferenças entre homens e mulheres eram explicadas pelo princípio do calor vital, isto é, nasciam mulheres porque o sêmen secou [...]. A forma feminina do seco era índice de inferioridade na escala da perfeição [...]. Por esta deformação, obviamente as mulheres eram consideradas incapazes de qualquer atividade intelectual e, portanto, excluídas da concepção de cidadania, cabendo aos filósofos homens a discussão da pólis [...] (BARRETO, 2009, p. 130).

Na época moderna, com o advento do Romantismo e do Iluminismo, as mulheres ganham grande espaço. Contudo, sendo criados vários rótulos acerca da sua condição, mostram-nas como seres irracionais e relegadas do espaço privado ao seu viver. [...] o homem passa a pensar a diferença dos sexos: não mais a partir do mundo, mas de si mesmo. O paradigma desta desigualdade não se encontrava mais no Ser, mas no próprio homem. Por um lado, este não se preocupa minimamente com sua diferença da mulher. Descartes e Spinoza estavam ali para mostrar o quanto se esquivavam de pensar a diferença

dos sexos. Por outro lado, o homem racional marginalizava as mulheres, estigmatizando sua dependência e sua semelhança com a natureza. Hume e Rousseau, que partilhavam esta opinião, afirmavam que, tal como se faz com a natureza, era preciso adestrá-las, dominá-las (DEL PRIORE, 1998, p. 219).

Com o advento do Positivismo na história no século XIX, as mulheres voltam a ter espaço nenhum na história. Esta corrente evidencia uma história política e do domínio público, locais estes em que as mulheres são relegadas à margem durante este período e, com isso, privilegiam-se na construção da história fontes administrativas e militares.

Contudo, apesar da proeminência do positivismo, no século XIX, temos alguns autores que pregam a liberdade, emancipação e igualdade entre homens e mulheres:

Com o século XIX, chegaram mudanças. Depois de Hegel, que pensou a 'diferenciação sexual', o jogo entre o mesmo e o outro, o reconhecimento de si no outro, temas centrais na tese dialética, e com a prática da ideia de 'igualdade' dos sexos e o declínio da metafísica, tudo mudou. A questão da igualdade entre os sexos não podia mais ser ignorada. Os pensadores da emancipação, os filósofos da política, de Fourier a Marx, passando por John Stuart Mill, procuravam (excetuando Proudhon) definir a liberdade, a emancipação ou a igualdade entre homens e mulheres (DEL PRIORE, 1998, p. 220).

O século XX, porém, é o lugar onde os estudos sobre as mulheres se tornaram comuns, principalmente com March Bloch e Lucien Febvre, na criação da Escola dos Annales, deslocando o foco do político para o social, o cultural, o econômico e o cotidiano, alargando as abordagens históricas e ampliando a concepção de fontes. Todavia, deve-se salientar, sobretudo, a atuação dos movimentos feministas a partir da década de 1960, que proporcionaram conquistas expressivas no cotidiano feminino. Diante disso, viu-se necessária a construção de

uma história que inserisse as mulheres não como vítimas ou heroínas da História, mas:

[...] buscando-se visualizar toda a complexidade de sua atuação. Assim, torna-se fundamental uma ampliação das concepções habituais de poder — para o que cabe lembrar a importância das contribuições de Michel Foucault. Hoje é praticamente consensual a recomendação de uma revisão dos recursos metodológicos e a ampliação dos campos de investigação histórica, através do tratamento das esferas em que há maior evidência da participação feminina, abarcando as diversas dimensões da sua experiência histórica. Tais recomendações convergem para a necessidade de se focalizar as relações entre os sexos e a categoria de gênero (SOHIET, 1997, p. 404).

A história que foi produzida da Antiguidade até as duas primeiras décadas do século vinte foi sempre movida pelos grandes feitos dos heróis masculinos, na qual a mulher é sempre ligada ao irracionalismo, mantida no isolamento do lar, sem direitos de cidadania e com muitos deveres na sociedade, sendo mantida sempre na invisibilidade e em silêncio. Contudo, a partir do advento da História dos Annales e do Movimento Feminista, as mulheres são alçadas à condição de sujeitos e objetos da história. Com isso, são visualizadas e ouvidas, saindo da invisibilidade de que por muito tempo ficaram submetidas.

3 HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO FEMININA DE 1827 A 1896: BRASIL E AMAZONAS

É importante verificarmos como estava a situação do ensino e instrução no Brasil e no Amazonas durante o período imperial e primeiros anos da República, pois, desta forma, identificaremos como as mulheres foram aos poucos sendo inseridas e conquistando seu espaço nos bancos escolares e por que os conquistaram.

3.1 NO BRASIL

A educação no Brasil, durante o

período colonial até a implantação da LDB 9.394/96, teve ampla influência da religião cristã, principalmente da Igreja Católica, em que desde o início da colonização, sobretudo a partir de 1549, são implantados os primeiros colégios instituídos por ordens religiosas, em especial os jesuítas, com o objetivo de preparar e instruir os filhos de colonos e os índios através da catequese (para ambos) e nas disciplinas contidas no *Ratio Studiorum*, para os primeiros, ou seja, uma educação dual, formando comandantes e comandados, sem espaço para a educação das mulheres.

As condições objetivas que, portanto, favoreceram essa ação educativa foram, de um lado, a organização social e, de outro, o conteúdo cultural que foi transportado para a Colônia, através da formação mesma dos padres da Companhia de Jesus. A primeira condição consistia na predominância de uma minoria de donos de terra e senhores de engenho sobre uma massa de agregados e escravos. Apenas àqueles cabia o direito à educação e, mesmo assim em número restrito, **porquanto deveriam estar excluídos dessa minoria mulheres** e os filhos primogênitos, aos quais se reservava a direção dos negócios paternos. Destarte, a escola era frequentada pelos filhos homens que são primogênitos. Estes recebiam apenas, além de uma rudimentar educação escolar, a preparação para assumir a direção do clã, da família e dos negócios, no futuro. Era, portanto, a um limitado grupo de pessoas pertencentes à classe dominante que estava destinada a educação escolarizada (ROMANELLI, 2005, p. 33, grifos nossos).

No período pombalino (1750-1777) procura-se quebrar a hegemonia do ensino baseada na influência dos jesuítas, porém as aulas régias patrocinadas pelo subsídio literário não surtiram efeito, deixando uma falência em matéria de ensino para Colônia.

[...] a situação não mudou em suas bases. Recorde-se que os jesuítas mantiveram, além de colégios para a formação de seus sacerdotes, seminários para a formação do clero secular. [...].

Assim, 'embora parcelado e fragmentário e rebaixado de nível, o ensino mais variado nos seus aspectos orientou-se para os mesmos objetivos, religiosos e literários, e se realizou com os mesmos métodos pedagógicos, com apelo à autoridade e à disciplina estreita, concretizados nas varas de marmelo e nas palmatórias de sucupira, tendendo a abafar a originalidade, a iniciativa e a força criadora individual, para pôr em seu lugar a submissão, o respeito à autoridade e a escravidão aos modelos antigos' (ROMANELLI, 2005, p. 36).

Nestes dois períodos notamos falta de comprometimento enorme com a educação feminina, pois, segundo as teorias religiosas e filosóficas vigentes, a mulher era um ser inferior ao homem, seja físico ou intelectualmente, por isso não precisava de educação formal e intelectual.

Com a vinda da Família Real Portuguesa e estada no Brasil de 1808 a 1821, ocorre uma revolução cultural, com a transferência de todo o aparato burocrático português à Colônia, que em 1815 é elevada à categoria de Reino Unido de Portugal e Algarves.

Portanto, vemos uma preocupação com o ensino das elites da nobreza aristocrática portuguesa e brasileira, em que são criados os primeiros cursos superiores de Humanidades, Direito e Medicina, além da presença da Missão Artística Francesa (1816), contando com o grande pintor Jean-Baptiste Debret.

[...] Diante do quadro exposto, foram criados os primeiros cursos superiores, como a Academia Real da Marinha, em 1808, a Academia Real Militar, em 1810, com o objetivo de formar oficiais e engenheiros civis e militares; os cursos de Cirurgia, Anatomia e de Medicina, em 1809, para formar médicos para o Exército e Marinha; os cursos para formar técnicos para as áreas da economia: agricultura e indústria eram os primeiros embriões dos nossos cursos técnicos para atender a 'pessoas talentosas', não pertencentes às elites, mas que

trabalhavam sob as vistas delas. Criaram, ainda, o Jardim Botânico da cidade do Rio de Janeiro, o Museu Nacional, a Imprensa Régia, fincando o poste inicial do jornalismo brasileiro, trazendo para estas terras novas ideias que circulavam nos meios intelectuais europeus [...]. Dando continuidade às melhorias citadas com a vinda da Família Real, em 1812 foi criado um laboratório de química, em 1814 o Curso de Agricultura, em 1816 a Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios [...], Desenho Técnico em 1817. A Gazeta do Rio de Janeiro colocou o primeiro jornal brasileiro em circulação. Foram criadas bibliotecas públicas e, em 1814, o próprio Príncipe cedeu 60.000 volumes do seu acervo particular (FRANCISCO FILHO, 2001, p. 15-16).

No entanto, mais uma vez as mulheres e os estratos mais baixos da sociedade não foram lembrados, sendo privilegiado o ensino superior em detrimento do elementar.

A partir de 1827, após a Proclamação da Independência política do Brasil, surge a primeira Lei Geral de Educação, datada de 5 de outubro, que falava sobre educação de meninos e meninas, determinando a criação de escolas de primeiras letras ditas pedagogias, as quais deveriam ser estabelecidas em todas as partes mais populosas do Império.

Aqui e ali, no entanto, havia escolas - certamente em maior número para meninos, mas também para meninas; escolas fundadas por congregações e ordens religiosas femininas ou masculinas; escolas mantidas por leigos -, professores para classe de meninos e professoras para as meninas. Deveriam ser eles e elas, pessoas de moral inatacável; suas casas ambientes decentes e saudáveis, uma vez que as famílias confiavam seus filhos e filhas. As tarefas destes mestres e mestras não eram, contudo, exatamente as mesmas. Ler, escrever e contar, saber as quatro operações, mais doutrina cristã, nisso consistiam os primeiros ensinamentos para ambos os sexos; mas logo algumas distinções apareciam: para os meninos, noções de geometria; para as meninas, bordado e costura (LOURO, 2012, p.

444).

O que podemos observar é que as mulheres, a partir deste momento, começam a conquistar seu espaço no campo da educação, sejam como educandas ou como educadoras, mesmo com algumas restrições acerca do que aprendem e ensinam.

A educação das meninas, apenas a partir do século XIX, foi confiada a colégios particulares e, no Brasil, sempre foi vista com desdém pelas famílias, pela sociedade e pelo poder público. Nas casas mais abastadas, as jovens recebiam de professores particulares algumas noções elementares, mas se dedicavam, sobretudo, às prendas domésticas e à aprendizagem de boas maneiras. Mesmo essas moças privilegiadas tinham reduzido acesso à leitura, pouco ou nada sabiam de história ou geografia, possuíam vagas noções de literatura e cálculo, dedicavam-se mais à aprendizagem de uma língua, de preferência o francês, vivendo nos limitados horizontes domésticos, aguardando o casamento que deveria ser sua suprema aspiração e para o qual eram preparadas por toda a vida (ALMEIDA, 1989, p. 55).

Com o período regencial (1831 a 1840), o Ato Adicional de 1834 descentraliza o ensino, relegando às províncias o papel de legislar o ensino primário e secundário, cabendo ao Império a fiscalização e a oferta de cursos superiores.

Com a subida e a ascensão de D. Pedro II, a realidade da educação ao feminino não muda, porém ocorrem alguns avanços, nos quais verificamos a presença de escolas para meninas particulares leigas e católicas, além de algumas escolas mistas, a partir de 1850, em São Paulo. É também durante este período que ocorre graduação em nível superior de algumas mulheres, promovida pela lei de 1879, de Leôncio de Carvalho, que permitia o acesso de mulheres aos cursos superiores em faculdades no Brasil, em que uma mulher branca graduou-

se na Faculdade de Medicina da Bahia, Rita Lobato, em 1887 (ROSEMBERG, 2012, p. 337).

Com o advento da República em 15 de novembro de 1889, não vemos mudança significativa no quadro da instrução feminina, pois mesmo a reforma educacional proposta por Benjamin Constant, em 1890, e a promulgação da Constituição de 1891, não trouxeram nada de novo.

Na época da implantação do regime republicano, do total das mulheres, quase dois terços eram analfabetas, embora o mesmo acontecesse com a população em geral. Ao mesmo tempo, principiaram-se os debates sobre a coeducação e, em 1880, na inauguração da terceira Escola Normal na Província de São Paulo, introduziram-se as aulas mistas. Ganham força os movimentos pelo aprimoramento da educação das mulheres, na esteira da criação, no eixo Rio de Janeiro-São Paulo e em Porto Alegre, das escolas norte-americanas protestantes e das ideias republicanas e positivistas que passaram a impregnar de forma renovadora as mentes ilustradas do país. Acrescente-se a isso o liberalismo e seus postulados referentes à individualidade e igualdade entre as pessoas, que não poderiam deixar de incluir o sexo feminino, para compor um quadro social que principiava a modificar-se (ALMEIDA, 1989, p. 55).

Contudo, verificamos que, ao longo da história em caráter nacional, as mulheres no início foram relegadas de qualquer espécie de educação formal, porém gradativamente foram ganhando espaço nos bancos escolares, mesmo recebendo uma educação diferenciada da dos homens, porém esta educação permitiu às mulheres conquistarem os espaços do magistério, em que os pensadores e políticos da época viam como local essencial do feminino, pois, como futuras mães, preparavam os filhos da pátria.

3.2 NO AMAZONAS

A educação no Amazonas, assim

como no restante do Brasil durante o período imperial e início do republicano, não se mostra diferente, ou seja, esquecida e mal estruturada.

O Amazonas, subordinado ao Pará, com o nome de Capitania de São José do Rio Negro (1755), e posteriormente Comarca do Alto Amazonas (1840-1850), só teve sua primeira escola de segundo grau formal a partir de 1848, com a fundação do Seminário São José, fundado pelo Bispo D. Afonso de Moraes Torres. “[...] os jovens estudavam gramática latina, língua francesa, música e canto, como uma preparação para aqueles que pretendiam seguir o seminário superior em Belém [...]” (COSTA, 1998, p. 246).

Em 1840 havia na Villa da Barra uma escola para o sexo feminino, em que “[...] na capital, de sete cadeiras para meninos e só uma era para meninas, num total de 155 alunos. Todavia, somente quatro delas providas com professores. A de meninas ficava na capital, deixando o interior no mais puro abandono” (COSTA, 1998, p. 246).

Esta escola de sexo feminino teve uma das primeiras professoras de ensino primário ou de primeiras letras do Império Brasileiro. A professora interina da cidade da Barra do Rio Negro (Manaus), D. Libânea Teodora Rodrigues Ferreira, foi nomeada pelo Presidente da Província do Pará, Fausto Augusto Aguiar, conforme o artigo 15 da Lei nº 154, de 30 de novembro de 1848, como professora vitalícia, em 14 de janeiro de 1851.

Ainda falando sobre esta professora, D. Libânea Ferreira, o Presidente Provincial, João Pedro Dias Viera, em sua exposição ou mensagem à Assembleia Provincial do Amazonas, em 26 de fevereiro de 1857, enaltece o trabalho da professora, no qual faz menção honrosa ao seu trabalho devido ao excelente resultado nas provas de suficiência das alunas da escola das primeiras letras, porém critica duramente o

estado de instrução pública da província.

Com a instalação da província em 1852, o então presidente João Batista Tenreiro Aranha e os outros presidentes que o sucederam veem necessidade extrema de transformar a educação e a instrução pública na recém-criada província.

Em fins de 1854, o número de escolas na Província já se elevava a dezoito, sendo três particulares; em 1857, a vinte e seis; em 1871, a trinta e duas; em 1876, a cinquenta e duas; em 1883, a noventa e duas; em 1887, a cento e oito; em 1889, a cento e vinte e quatro. O professorado era escolhido sem grandes rigores, mediante concurso em que lhe apuravam os conhecimentos indispensáveis, porque não funcionava ainda o curso, reclamado constantemente. À classe sacerdotal, o governo buscava os melhores educadores (REIS, 1989, p. 201).

Em 1869, no governo de João de Wilkens de Mattos, é criado o Lyceu Provincial pelo regulamento nº 18 de março desse mesmo ano, sob tutela da Diretoria de Instrução Pública, porém tem que excluir diversas aulas devido à falta de alunos.

A escola de formação de professores só será instituída em março de 1881, denominada de Escola Normal, com ensino em três anos, sendo que, “[...] anexa ao Lyceu, a Escola Normal na Província, e desde o início diferente de São Paulo, já permitia o ingresso de mulheres ao magistério [...]” (COSTA, 2005, p. 257).

Durante o período provincial do Amazonas, além da educação e instrução pública, havia os grupos particulares com diversas escolas para meninos e meninas.

Ao lado dessa educação oficial, processava-se a particular, representada em várias escolas primárias e em estabelecimentos de maior finalidade, como o Asylo de Nossa Senhora da Conceição, para meninas, fundado em 26 de julho de 1869 pelo vigário geral, padre José Manoel dos Santos Pereira, e desaparecido três anos depois; o internato de meninos denominado Nossa

Senhora dos Remédios, inaugurado a 15 de fevereiro de 1876 e extinto no mesmo ano; o Collegio Santa Ritta, instalado a 7 de janeiro, sob a direção de Raimunda Rodrigues de Almeida Magalhães e contando no corpo docente os melhores educadores de Manaus (REIS, 1989, p. 204-205).

O ensino dos estabelecimentos públicos ou particulares usava o método Lancasteriano, no qual se repetia a lição diversas vezes, porém havendo distinção no ensino de meninos e meninas, em que se estudava: leitura, caligrafia, doutrina cristã, numeração e principais regras de aritmética, gramática de língua nacional, noções de geometria, aplicada às artes, noções de história natural, história sagrada e do Brasil e Geografia. Ao homem cabia todo este currículo integralmente, já para as meninas era diferente.

Às mulheres, talvez devido à crença vigente na época, da inferioridade da inteligência feminina em relação à masculina, a aritmética deveria ficar somente nas contas de somar e subtrair, evitando-se dessa forma operações mais abstratas ou uma aritmética um pouco mais complexa. Além disso, acrescentava-se às mulheres o uso obrigatório de agulhas e tesouras na primeira série, costura na segunda e terceira e na quarta, costura e princípios de bordados. Princípios de música seriam dados 'às meninas que tivessem vocação' (COSTA, 2005, p. 247-248).

Ao longo do tempo foram criadas algumas escolas de educação mista, nas quais frequentavam meninos e meninas, na capital e no interior.

O Regulamento 47 de 1883, da mesma forma que no Pará, determinava que as escolas mistas só poderiam aceitar meninos até 10 anos de idade e seriam regidas por professoras. Na impossibilidade, poderiam contratar professores, porém casados ou que tivessem na sua família senhora a quem confiasse a educação das meninas e o ensino dos trabalhos de agulha, sendo considerada professora adjunta (COSTA, 2005, p. 259).

Em 1859 é criado o Instituto de Educandos Artífices, que ficava com os cuidados dos meninos órfãos, com o objetivo de formá-los para trabalhos manuais diversos, dando, além disso, educação ou instrução primária.

Em 1884, Theodoretto Souto cria o Asilo Orfanológico Elisa Souto, com o objetivo de atender às menores órfãs da capital. Posteriormente, Eduardo Ribeiro, em 1892, pelo Decreto nº 11, de 26 de abril, extingue-o e cria o Instituto Benjamin Constant. Ainda em 1884, o Relatório da Instrução Pública (1884, p. 5) nos informa que: "Existem na província 92 escolas primárias, sendo para o sexo masculino 55, para o feminino 31, e seis mistas, que se acham distribuídas pelos municípios da província [...]".

Com o advento da República, principalmente nos governos de Thaumaturgo de Azevedo (1891 a 1892) e Eduardo Ribeiro (1892 a 1896), observamos avanços na instrução, com a criação de diversos grupos escolares na capital e no interior, além de um maior número de escolas de meninas e, também, de escolas mistas para atender a ambos os sexos.

4 CONTEXTO HISTÓRICO DO AMAZONAS DE 1889 ATÉ 1896

A República se instala no Amazonas em 21 de novembro de 1889. Com isso, depõe-se o presidente provincial, Manuel Francisco Machado, e é eleita uma junta governativa.

A notícia da Proclamação da República chegou a Manaus, em 21 de novembro daquele mesmo ano, trazida pelos emissários da Junta do Pará, Joaquim Travassos da Rosa, Antônio Felipe de Souza e Antônio Pedro Borralho; o Clube Republicano reuniu-se publicamente no Éden Teatro para escolher a Junta Provisória, sendo, na oportunidade, eleitos Domingos Teófilo Carvalho Leal,

Presidente do Partido Republicano; o Tenente-Coronel Antônio Florêncio Pereira do Lago, Comandante de Armas; e o Capitão de Fragata Manuel Lopes da Cruz, Comandante da Flotilha do Alto Amazonas (LOUREIRO, 1978, p. 224).

Durante este primeiro momento político revezaram-se no cargo de governador, após a junta governativa, seis governadores em que temos os seguintes passando pelo cargo: Augusto Ximeno de Villeroy (1890), Eduardo Ribeiro (1890 a 1891), Barão do Juruá (1891), Coronel Antonio Gomes Pimentel (1891), Barão do Juruá (1891, de 30 de junho a 1º de setembro), Thaumaturgo de Azevedo (1891 a 1892, primeiro governador eleito constitucionalmente) e Eduardo Ribeiro (1892 a 1896).

Este período vai se caracterizar pelas hostis e acirradas disputas pelo poder político do Estado, em que destacamos a deposição de Thaumaturgo de Azevedo e as tramas com o objetivo de tirar do cargo de governador Eduardo Ribeiro em dois momentos, em 1892 e 1893.

As maquinações e sedições militares envolveram a cidade em enfrentamentos armados que se desenrolaram em três momentos: o primeiro, em 14 de janeiro de 1892, com a tentativa de deposição do governador militar coronel Gregório Thaumaturgo de Azevedo pelos democratas civis e militares; o segundo, em fins de dezembro de 1892 e primeiros dias de janeiro de 1893, com outra tentativa de deposição do então governador capitão do Exército Eduardo Gonçalves Ribeiro, com a participação de alguns integrantes do Batalhão Militar de Segurança Pública Estadual, do 36º Batalhão de Infantaria, além de civis, mas foi abortado como o primeiro; e, por último, nos dias 26 e 27 de fevereiro de 1893, quando o conflito que vinha se acirrando desde o primeiro momento atingiu seu auge e alguns componentes do Partido Nacional e mais militares do exército comandados pelo general Bento José Fernandes Junior enviaram um ofício ao governador Eduardo Ribeiro comunicando-lhe sua deposição e dando-

lhe prazo de 12 (doze) horas para deixar o palácio do governo; caso contrário, o bombardeariam, o que de fato ocorreu; todavia, o governo reprimiu a revolta. A perda de cargos, e consequente perda do controle da política do Estado sugere ter sido o motivo de todos estes conluíus entre militares e entre estes e civis, tramados tanto pela oposição como pela situação (FEITOSA, 2008, p. 18).

Com a permanência de Eduardo Ribeiro no cargo de governador, este pôde executar as obras pensadas e projetadas por seus antecessores, porém não se deve pensar que todas as obras de remodelação de Manaus em cidade moderna são suas.

Thaumaturgo, Eduardo, Fileto, José Ramalho fizeram de Manaus a mais confortável e moderna cidade brasileira daquela época. Abandonemos, duma vez por todas, essa outra lenda de que Manaus é obra exclusiva da administração do 'Pensador', pois que, se durante os oito anos de seu governo pôde efetuar a maior parte da construção da capital, nem por isso outros governadores, igualmente valorosos e capazes, deixaram de trazer extraordinária contribuição ao admirável esforço comum para o progresso da cidade-chave da barelândia (NERY, 1943, p. 22-23).

Acreditamos que um dos grandes motivos de Eduardo Ribeiro conseguir realizar todas as obras foi a submissão do Congresso Legislativo do Amazonas. Com isso, pôde aproveitar-se das somas exuberantes do comércio do látex, que proporcionou um fastígio econômico com seu auge de 1890 até 1912.

Em sua segunda passagem pelo governo, Eduardo Ribeiro, além de contar com a economia em um momento favorável, oriunda da intensificação dos trabalhos nos seringais, que foram caracterizados por meio da dura exploração pela qual o seringueiro foi submetido na Amazônia, certamente colaborou significativamente para o crescimento da produção de borracha e, consequentemente, o aquecimento da economia regional. Juntando o momento econômico propício e a liberação dos recursos para execução

de projetos, o governo de Eduardo Ribeiro acabou se destacando em um momento que ficou marcado por sucessivas trocas de governadores e administrações efêmeras (TAVARES NETO, 2009, p. 90).

Contudo, apesar disso, as mudanças na cidade ocorrem, conforme Etelvina Garcia nos informa:

O planejamento urbanístico do governador Eduardo Ribeiro (1892-96) modernizou e expandiu para o norte a pequena cidade que se debruçava sobre o rio e palmilhava os chãos de São Vicente, Espírito Santo, Remédios... Abriu espaço para edificações públicas monumentais, residências senhoriais e equipamentos urbanos comprados na Europa, fazendo de Manaus uma das mais bonitas das capitais brasileiras (GARCIA, 2009, p. 36).

Nesse sentido, nem tudo era tão belo na “Belle Époque” manauara, pois em tal processo de urbanização e saneamento da cidade alguns grupos menos privilegiados foram relegados à margem da sociedade.

Os bairros de São Raimundo, Constantinópolis (Educandos), Colônia Oliveira Machado, Cachoeirinha, Moco e Tocos, este o mais próximo da cidade, mas nem por isso isento de problemas, foram as alternativas da população pobre, os novos bairros que surgem diferenciam-se do ‘fausto’ da cidade, não só pelo aspecto do terreno, pela forma de arruamento, fachadas das casas, pela distância em relação ao Porto, as grandes casas comerciais (importadoras-exportadoras), ao mercado, aos hospitais, aos bancos, aos teatros, cinemas etc., mas também pela distribuição desigual dos serviços urbanos. Este era o lugar dos trabalhadores na nova cidade. Um espaço onde a convivência entre ricos e pobres torna-se impossível (DIAS, 1988, p. 70).

Mesmo com isso, houve resistências de grupos menos privilegiados economicamente que ficaram no perímetro central da cidade, contudo tendo que se disfarçar.

Trabalhadores e pobres urbanos ocupavam uma outra cidade, visualmente disfarçada, habitando vilas e cortiços de alvenaria, além de hospedarias, porões e casebres (estes escondidos sob as paredes demolidas do que seria o Palácio do Governo, no final da Avenida Eduardo Ribeiro). À exceção dos casebres, as demais opções guardavam em comum o fato de serem exploradas pelo mercado imobiliário e estarem disfarçadas por belas fachadas, assépticas do ponto de vista externo (COSTA, 1998, p. 91).

Com o que afirmamos até o momento, é esta a cidade que as meninas órfãs e desvalidas atendidas pelo Instituto Benjamin Constant vão habitar, uma cidade rica devido à economia do látex, com ruas suntuosas, energia elétrica, bondes, um teatro com características europeias (Teatro Amazonas), um mercado de ferro, sendo uma cidade cosmopolita e com ares da mais sofisticada modernidade, contrastada com novos bairros sem estas benesses e com cortiços maquiados para atendimento da dita civilização, local este de moradia dos trabalhadores que resistiram e ficaram mesmo sendo indesejados pelo poder público.

5 MATERIAL E MÉTODOS

Dissemos, outrora, que as fontes ou vestígios do passado humano no tempo são o que nos põe em contato direto e íntimo com o objeto de estudo em história, são estes materiais que, ao serem inquiridos pelo historiador, proporcionam respostas significativas ou não para o desenvolvimento do seu trabalho. De acordo com essa significância, o Dicionário de Conceitos Históricos nos dá a seguinte informação:

Fonte histórica, documento, registro, vestígio são todos termos correlatos para definir tudo aquilo produzido pela humanidade no tempo e no espaço; a herança material e imaterial deixada pelos antepassados que serve de base para a construção do conhecimento histórico. O termo mais clássico para conceituar

a fonte histórica é documento. Palavra, no entanto, que, devido às concepções da escola metódica, ou positivista, está atrelada a uma gama de ideias preconcebidas, significando não apenas o registro escrito, mas principalmente o registro oficial. Vestígio é a palavra atualmente preferida pelos historiadores que defendem que a fonte histórica é mais do que o documento oficial: que os mitos, a fala, o cinema, a literatura, tudo isso, como produtos humanos, torna-se fonte para o conhecimento da história (SILVA; SILVA, 2009, p. 58).

Trabalhar com História das Mulheres e Relações de Gênero, enquanto abordagem histórica, é sempre desafiador e árduo, pois o historiador deve utilizar-se de indícios de diversas fontes, que possibilitam a inserção da mulher em diversos momentos históricos. Diante deste aspecto, o Método do Paradigma Indiciário é importante. Sobre sua utilização na pesquisa histórica, José D'Assunção Barros (2004, p. 86) afirma que “[...] para empreender uma análise intensiva de suas fontes, o historiador deve estar atento a tudo, sobretudo aos pequenos detalhes [...]”.

Os indícios contidos nos vestígios ou documentos, ou seja, nas fontes, possibilitaram que fizéssemos abordagem qualitativa, pois buscamos observar, interpretar e compreender, nunca julgar, o período estudado (1892-1896). Os detalhes de cada uma das fontes analisadas, como a memória do passado, fizemos crítica interna e externa de tais, no sentido de encontrarmos respostas às nossas indagações. Sobre este processo de crítica externa e interna, nós nos baseamos no método exposto por Jacques Le Goff, na obra “História e Memória”, conforme segue:

A crítica externa visa essencialmente a encontrar o original e determinar se o documento examinado é verdadeiro ou falso. É uma atuação fundamental e exige sempre duas observações complementares. A primeira é que um documento ‘falso’ também é um documento histórico e que pode ser um testemunho precioso da época em

que foi forjado e do período durante o qual foi considerado autêntico e, como tal, utilizado. A segunda é que um documento, nomeadamente um texto, pode sofrer, ao longo das épocas, manipulações aparentemente científicas que de fato obliteraram o original. [...] A crítica interna deve interpretar o significado dos documentos, avaliar a competência do seu autor, determinar a sua sinceridade, medir a exatidão do documento, controlá-lo através de outros testemunhos (LE GOFF, 1990, p. 110).

Entre as fontes que nos possibilitaram analisar a educação em geral no Amazonas e a educação do feminino, em especial no Instituto Benjamin Constant no período de 1892 a 1896, e até antes disso, temos:

1. As Falas, Exposições ou Mensagens dos presidentes da Província do Amazonas no período de 1850 a 1889, encontradas no acervo do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas - IGHA, em que tais documentações com os dizeres e posicionamentos oficiais nos informam sobre o quadro geral da instrução pública e da província.
2. Os Diários Oficiais do Estado do Amazonas, no período de 1893 a 1896, pois este tipo de documento fornece informações gerais dos acontecimentos do poder público, em que em diversos fragmentos encontramos questões relativas ao Instituto Benjamin Constant, desde aquisição de bens de consumo (víveres comestíveis, calçados, móveis etc.), passando por leis, orçamento para obras, o Regulamento de 1894, até os horários de atividades desenvolvidas pelas educandas no Instituto, os exames parciais e finais, as listas com os nomes de alunas aprovadas e reprovadas nos exames, os nomes dos diretores que passaram pela instituição, da regente, as matrículas, os pedidos de desligamento, entre outras questões pertinentes. Esta documentação está disponível no *site* da Biblioteca Nacional, na Hemeroteca Digital Brasileira.

3. Decreto nº 11, de 26 de abril de 1892, disponível no arquivo do IGHA. Este documento trata da extinção do Asilo Orfanológico Elisa Souto, e a consequente criação do Instituto Benjamin Constant.

4. Leis do período de 1851 a 1892, nas quais destacamos duas em especial: a nomeação da primeira professora de ensino primário da Cidade da Barra do Rio Negro (Manaus), Dona Libânea Ferreira, em 14 de janeiro de 1851 (esta em forma manuscrita, no acervo pessoal de J. A. S. L.), e a Lei nº 749, de 26 de maio de 1887, que autorizou o Asilo Orfanológico Amazonense a ocupar o atual prédio do Instituto Benjamin Constant. Esta lei pode ser encontrada no acervo do IGHA.

5. Álbuns Fotográficos do Estado do Amazonas de 1899 e 1901-1902, disponíveis no acervo particular de J. A. S. L., de onde extraímos fotos do Instituto Benjamin Constant, além do álbum editado pela ACA, A Cidade de Manaus e o País das Seringueiras, em que existe uma foto impressa de como era o local do instituto primordialmente, antes das reformas pelas quais passou.

6. Mensagens do governador Eduardo Gonçalves Ribeiro à Assembleia Legislativa do Estado nos períodos de 1892, 1893, 1894, 1895 e 1896, nas quais o governador expõe um quadro geral de sua administração, sendo uma espécie de prestação de contas das realizações administrativas, em que nos indícios ou nos detalhes destas comunicações encontramos diversas questões sobre instrução pública, e diversos elogios do governante ao Instituto Benjamin Constant, sendo muitos destes direcionados aos trabalhos das Irmãs da Ordem de Sant'Anna, que administravam internamente a instituição.

7. Os Regulamentos de 1892 e 1894, que regeram e ditaram as normas e as regras institucionais durante o período de 1892 a 1896, sendo que o primeiro possui caráter

provisório vindo em anexo ao Decreto nº 11, de 26 de abril de 1892, que cria o Instituto Benjamin Constant. O segundo vigoraria por longo tempo até 1904. Este de 1894 amplia todos os pontos do de 1892, dando um caráter normativo mais completo. Estes regulamentos, o primeiro de 1892 está disponível no acervo do IGHA, enquanto o segundo encontramos publicado no Diário Oficial do Estado do Amazonas no período de 9 a 28 de agosto de 1894, em que estão digitalizados e disponíveis para consulta e acesso público no *site* da Hemeroteca Digital Brasileira.

8. Os jornais Diário de Manáos (1892, 1893, 1894 e 1895) e o Commercio do Amazonas (1893) nos possibilitaram entender e compreender os contextos histórico, político, econômico e social do Estado durante o período em análise. Além disso, permitiu encontrar vários indícios que falam sobre instrução pública e particular no Estado, e também várias questões relativas ao Instituto Benjamin Constant. Entretanto, constatamos que estas notícias dos atos oficiais eram as mesmas presentes nos Diários Oficiais que analisamos. Os jornais em questão estão presentes no arquivo do acervo IGHA.

Apresentamos as fontes que nos possibilitaram respostas às nossas indagações e, como consequência, atingimos os objetivos elencados para a pesquisa. Os materiais técnicos utilizados no decorrer de nosso levantamento e pesquisa de fontes foram: o computador, o *modem* (com um bom serviço de internet banda larga), a câmera fotográfica digital, em que todos contribuíram de maneira significativa para a coleta e o armazenamento das fontes analisadas em nossa pesquisa.

Além de todas as fontes, fizemos uso de extenso material bibliográfico, que já apresentamos em outra parte de nossa pesquisa. Enfim, fazer um trabalho de cunho científico na área de história requer tempo,

atenção, paciência e uma harmonia entre sujeito e objeto de pesquisa, teoria e prática, pois sem fontes (*corpus* documental do trabalho histórico) não há pesquisa histórica, o que ocorre é uma análise historiográfica.

6 INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT (1892-1896): UM LOCAL PARA EDUCAÇÃO DO FEMININO ÓRFÃO E DESVALIDO NO AMAZONAS

Antes de o referido Instituto ser criado, já existiam em Manaus e no Amazonas uma série de escolas para o sexo feminino ou mistas (coeducação de ambos os sexos), que proporcionavam educação ou instrução primária (primeiras letras), além de educação física, moral e essencialmente educação doméstica para as meninas. Desta forma, foi criada, em 1858, no sistema de internato, a Escola Nossa Senhora da Conceição dos Remédios, que tinha como objetivo educar meninas órfãs, porém foi extinta em 1862.

Durante o governo do presidente da Província do Amazonas, Theodoretto Souto, foi criado o Asilo Orfanológico Amazonense, pela Lei nº 643, de 2 de junho de 1884, com o intuito de atender às órfãs e às desvalidas, de preferência as indígenas da capital.

Este estabelecimento de ensino iria se chamar posteriormente Asilo Orfanológico Elisa Souto, em homenagem à mulher do antigo presidente da Província, Theodoretto Souto, por esta ter se destacado no processo de abolição da escravidão negra no Amazonas, sendo inaugurado em 10 de julho de 1884.

O prédio situado à Rua Ramos Ferreira, do atual Instituto Benjamin Constant, pertencia a um antigo presidente da Província do Amazonas, barão de São Leonardo, que pouco antes da abolição da escravidão negra no Amazonas dá liberdade aos seus escravos e vende ao governo provincial seu palacete, passando a funcionar neste local o Museu Botânico

do Amazonas, dirigido por João Barbosa Rodrigues.

Conforme exposto pela Lei nº 749, de 26 de maio de 1887, o museu é transferido de local, e a partir de então é autorizado a funcionar o Asilo Orfanológico Amazonense. Este prédio passou por várias reformas e, no governo de Eduardo Ribeiro (1892-1896), ganha o aspecto arquitetônico atual, no qual encontramos vários pagamentos à construtora Moers e Moreton. Para a ampliação das instalações, verificamos isso no Diário Oficial do Estado no período de 1893 a 1896. Estas reformas aconteceram para a ampliação do atendimento de 50 para 100 alunas, cuja inauguração ocorreu em 1º de março de 1896.

INSTITUTO 'BENJAMIN CONSTANT'

No domingo, a 1 hora da tarde, foi solenemente inaugurado o Instituto Benjamin Constant. [...] Passou-se à sala das aulas e ahi sob a presidência de S. Ex.^a com a assistência do Bispo diocesano, os distintos professores do Instituto Dr. Arthur Araújo e Plácido e Serrano chamaram as educandas Julieta César e Júlia David, que interrogadas, responderam de tal maneira que todos os assistentes se mostraram contentes [...] (AMAZONAS, 1896, p. 1).

Com a subida de Eduardo Gonçalves Ribeiro ao governo do Estado, no período republicano, este extinguiu o Asilo Orfanológico Elisa Souto, criando o Instituto Benjamin Constant, o qual é estabelecido pelo Decreto nº 11, de 26 de fevereiro de 1892. O decreto em seu segundo artigo nos informa: "É nesta data creado um Instituto Humanitário destinado a dar instrução primária, sobretudo, educação moral e doméstica às meninas órfãs desvalidas". (AMAZONAS, 1892, p. 3).

Este decreto tem como anexo o primeiro Regulamento do Instituto Benjamin Constant, estando pautado em ter como finalidade proporcionar educação e instrução às órfãs e às desvalidas, principalmente no que tange à educação moral e às prendas

domésticas, em que se buscava vislumbrar um futuro melhor a estas meninas, ou seja, tirá-las dos vícios e corrupções que o mundo moderno poderia lhes trazer.

Diante deste pressuposto, o governador Eduardo Ribeiro, em mensagem à Assembleia Legislativa, nos informa sobre o objetivo do Instituto: “[...] a fim de proporcionar à orphandade desvalida uma educação regular e capaz de prepará-la para futuras mães de família” (MENSAGEM, 1894, p. 18).

Pelo seu primeiro Regulamento de 1892, o corpo administrativo do Instituto era composto dos seguintes membros: diretor, regente, ajudante da regente, secretária, médico, três professoras, três professoras adjuntas, mestra de cozinha, mestra de lavagem e engomado, médico e criadas. Contudo, já no segundo Regulamento, o de 1894, esta estrutura administrativa é complementada com os seguintes funcionários: porteira, ecônoma, enfermeira, dois serventes, e é aumentado de três para seis o número de professores. O que verificamos aqui é o seguinte: se no primeiro caso só se fala em professoras, no segundo verificamos professores, o que pode informar que ambos os sexos poderiam lecionar no Instituto, a partir do Regulamento de 1894.

Um fator interessante é a vigilância sobre as pessoas que estes dois regulamentos fazem. Pelo Regulamento de 1892, as professoras adjuntas deveriam morar no estabelecimento, e só com autorização do diretor poderiam sair para além dos muros da instituição. Foram diretores do instituto, a quem era confiada a administração orçamentária, durante este período, o desembargador Luís Duarte da Costa, o primeiro, e no cargo como interino após o pedido de exoneração do primeiro, José Ramalho Júnior, que posteriormente se tornaria governador do Estado do Amazonas no período de 1898-1900.

As despesas do instituto em geral com pessoal, expediente, iluminação, medicamentos, compra de matéria-prima para obras, mobília e decoração, sustento, vestuário, roupa de cama e despesas extraordinárias para 100 alunas, conforme informa o Diário Oficial do Estado do Amazonas, de 9 de outubro de 1895, giravam em torno de 150:120\$000 (cento e cinquenta contos e cento e vinte mil réis).

Contudo, o instituto recebia algumas doações de particulares. Sempre que estas aconteciam, dizia-se que era para o patrimônio na orfandade. Encontramos algumas doações nos Diários Oficiais seguintes: em 15 de setembro de 1894 uma doação de duzentos mil réis feita pela esposa do gerente da Amazon Steam Navegation; outra, da Associação Dramática Beneficente reproduzida no dia 4 de outubro de 1895; e do Circo Pery, que faria um espetáculo em que toda a renda seria destinada ao estabelecimento, encontrada no periódico do dia 16 de junho de 1896. Todavia, estas são algumas para exemplificarmos, pois acreditamos que outras doações como estas eram feitas.

A regência do Instituto Benjamin Constant, ou seja, administração interna, foi confiada à Congregação da Ordem de Sant’Anna, a partir de 4 de maio de 1893, em que o governador do Estado fala sobre a atuação das irmãs:

Com o fim de melhorar a educação e a instrução das órfãs e desvalidas, recolhidas ao Instituto Benjamin Constant, contratei quatro irmãs da ordem de S. Anna para se encarregarem da direcção do mesmo estabelecimento, tendo já conseguido, em pouco tempo, excellentes resultados com a direcção dada pelas ditas irmãs. Julgo assim ter prestado os melhores e mais reais serviços à pobreza e à orphandade desvalida (RIBEIRO, 1893, p. 6).

A atuação das irmãs de Sant’Anna dentro do estabelecimento eram as seguintes, conforme o regulamento de 1894:

art. 108 - Os logares de Regente, Professora de prendas domésticas, Ecônoma e Porteira do Instituto serão preenchidos por Irmãs da Ordem de Sant'Anna, mediante contracto assignado com as mesmas.

Art. 109 - As irmãs residirão no estabelecimento, onde terão aposentos decentes e independentes (AMAZONAS, 1894, p. 1).

O cargo de regente era confiado à Irmã Aquilina Gildidone, que recebia vencimentos do Estado, conforme está contido em ofício publicado no Diário Oficial do Estado do Amazonas, de 28 de junho de 1894.

O Instituto Benjamin Constant funcionou como escola de educação do feminino de 1892 a 1962, tornando-se depois Ginásio Normal Benjamin Constant e, em seguida, Colégio Estadual de Ensino Fundamental, dando coeducação para meninos e meninas. Atualmente é o Centro de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas - CETAM.

6.1 OS REGULAMENTOS: 1892 E 1894

São dois os regulamentos que regem as ações do Instituto Benjamin Constant durante o período que estudamos (1892-1896). O primeiro Regulamento é o de 1892, possuindo 12 capítulos e 81 artigos. Além de tabela do enxoval das educandas, tabela no enxoval de casamento e tabela com os vencimentos mensais do pessoal do instituto, este regulamento encontra-se em anexo ao decreto de criação do instituto, ou seja, o Decreto nº 11, de 26 de abril de 1892. Este funciona em caráter provisório até 9 de agosto de 1894, quando é instaurado outro. O segundo Regulamento é o de 1894, que foi aprovado pelo Decreto nº 62, de 25 de julho de 1894, possui 18 capítulos e 166 artigos. Neste podemos ver maior amplitude nas instruções inseridas no mesmo, e o encontramos publicado no Diário Oficial do Estado do Amazonas no período de 9 a 28 de agosto de 1894, passando a vigorar desde

esta data até provavelmente 1904, quando se tem notícia de um novo regulamento para o estabelecimento.

Apesar de diferença nos números de capítulos e parágrafos, no geral os dois regulamentos têm a mesma finalidade: estabelecer atribuições, normas e regras. O primeiro em caráter provisório e o segundo complementando-o, sendo permanente por longo período. Em termos de conteúdo, estes versavam sobre a organização do instituto; o ensino; os exames parciais e finais; sobre as alunas; o período de matrícula; sobre as atribuições dos funcionários; imposição de penas e castigos (às alunas, aos professores e funcionários); premiações das educandas; controle de visitas e saídas das alunas; vigilância dos objetos e correspondências destinadas às internas; do trabalho que as alunas praticam no instituto; do serviço sanitário; o pecúlio das educandas; dos orçamentos e contas; das despesas e disposições transitórias.

6.2 O CURRÍCULO E ENSINO DAS EDUCANDAS

O ensino, segundo os regulamentos de 1892 e 1894, seria destinado às meninas órfãs e desvalidas, era o primário ou de primeiras letras, no qual seria dada ênfase à educação moral e doméstica das alunas. Pelo regulamento de 1892, o ensino estava dividido em três turmas, de acordo com a faixa etária, sendo que a 1ª classe seria de cinco a 10 anos de idade, a 2ª classe 10 a 14 anos, e a 3ª classe de 14 anos em diante, na qual, se possível, as classes possuiriam número igual de educandas.

Estas classes seriam confiadas a uma professora e a uma adjunta, sendo responsáveis pela educação moral e doméstica das meninas, em que a cada semana uma das classes ficaria responsável pelos serviços de arrumação dos dormitórios e demais locais do instituto.

No que tange ao aprendizado de engomado e cozinhar, todas as alunas aprendiam em uma classe só. Contudo, nenhuma educanda poderia se recusar a fazer os trabalhos que eram repassados, sob pena de sofrer punições. Caso estivessem doentes pelo período que o médico do estabelecimento determinasse, poderiam ausentar-se dos serviços.

O que verificamos pelo primeiro regulamento de 1892 foi que as meninas ocupavam a maioria do seu tempo nos serviços domésticos da instituição, em detrimento do ensino de instrução primária ou primeiras letras.

O regulamento de 1894 traz uma reconfiguração e ampliação do ensino e currículo educacional do instituto, porém sem ir contra ao princípio e objetivo básico do instituto, que era de “formar mães de família”. No Diário Oficial do Estado de 9 de agosto temos:

Art. 3º - O ensino do Instituto será distribuído em seis annos e constará das seguintes cadeiras e aulas:

1ª Cadeira - Instrução primária, compreendendo leitura, escripta, noções de língua nacional, arithmetica, geografia, história, lições de cousas, instrução moral e cívica;

2ª Cadeira - Língua nacional, arithmetica e systema métrico, elementos de geometria, geografia e história, especialmente do Brazil e do Amazonas. Noções concretas de sciencias phisicas e história natural e desenho;

1ª Aula - Música vocal e instrumental, compreendendo o estudo do harmonium e instrumentos de sopro e corda;

2ª Aula - Costura e trabalhos de agulha;

3ª Aula - Prendas domésticas;

4ª Aula - Lavagem e engomado;

5ª Aula - Gymnastica (AMAZONAS, 1894, p. 1).

A percepção que temos é de que, pelo regulamento de 1894, o ensino científico é um pouco mais valorizado para as meninas, contudo sem deixar de dar ênfase aos trabalhos e prendas domésticas, que eram

essenciais ao seu futuro como boas mães de família. De todas as cadeiras e suas aulas, apenas as aulas de música poderiam ser dispensadas às alunas que não possuíssem aptidão para tal.

No entanto, na mensagem do governador do Estado à Assembleia Legislativa em 1º de março de 1896, observamos a mudança no quadro de ensino e currículo traçado acima, em que temos: “O Decreto nº 84, de 9 de setembro último, que distribuiu o estudo em três cadeiras e três aulas, satisfaz plenamente o fim a que tem em vista tão humanitária instituição” (RIBEIRO, 1896, p. 12).

Encontramos o decreto que faz menção a Eduardo Ribeiro, no Diário Oficial de 10 de setembro de 1895, no qual, pela leitura que fizemos, compreendemos que foi acrescida uma cadeira e diminuídas duas aulas, com relação ao estabelecido pelo Regulamento de 1894.

Ao verificarmos os Diários Oficiais de 1893 a 1896, identificamos que algumas alunas, ou seja, as mais destacadas nos serviços e disciplinas, poderiam conseguir dentro do instituto o cargo de professoras adjuntas ou mestras, como nos informa o periódico de 31 de março de 1896:

O governador do Estado do Amazonas, tendo em vista a proposta do diretor do Instituto Benjamin Constant, em ofício nº 4 de 6 do corrente, resolve nomear as Educandas Lydia Valente do Couto, Julieta Cezar da Conceição, Júlia David e Calixta da Conceição, 1ª para exercer o cargo de adjunta da 2ª e 3ª cadeira, a 2ª para da 1ª cadeira, a 3ª para de economia, e a 4ª para o lugar de mestra de lavagem e engomado, no referido estabelecimento. Comunicou-se (AMAZONAS, 1896, p. 1).

A respeito das avaliações das alunas, existiam dois exames de qualificação, de acordo com o que nos informam os dois regulamentos citados (1892 e 1894), onde o parcial acontecia no fim do primeiro

semestre e os finais ao término de cada ano letivo. Sobre o que seriam avaliados nestes exames, os Diários Oficiais de 10 e 11 de agosto de 1894, de acordo com o regulamento publicado, nos dizem:

Art. 39 - Os exames parciais constarão de uma prova oral feita perante uma comissão de duas professoras nomeadas pelo governador, presidida pelo Director.

Art. 40 - Os exames finais constarão de duas provas, uma escrita e outra oral perante uma comissão de professoras, sendo presidida pelo Director.

[...] Art. 42 - As provas escritas constarão de: 1º Um ditado de orthographia de trinta linhas impressas, no máximo, com a indicação do ponto final de cada phrase. Este ditado servirá para analyse grammatical e também de prova escrita corrente. Será o trecho lido primeiramente em alta voz, ditado, depois, relido e concedido cinco minutos improrrogáveis para correção; 2º Duas questões de arithmetica prática e systema métrico e uma de geometria; 3º Uma questão sobre geografia e outra sobre história; 4º Uma questão sobre história natural. Esta prova durará três horas.

[...]

Art. 46 - As orações constarão de: 1º Uma leitura expressiva e explicada, e analyse de trecho;

2º Interrogação sobre história e geografia geral e prática, especialmente do Amazonas; 3º Resolução de um problema de cálculo arithmetico no quadro preto; 4º Arguição sobre outras matérias do curso (AMAZONAS, 1894, p. 1).

Observamos que o ensino era muito rigoroso. Dessa forma, os exames parciais e finais exigiam por demais das educandas. Além disso, essa educação baseada no ensino científico e nas prendas domésticas possibilitaria às alunas mais destacadas tornarem-se professoras dentro do instituto ou fora dele, em escolas particulares ou públicas. As que não se destacavam tanto assim poderiam arrumar emprego em casas de famílias ricas ou no casamento serem boas esposas e futuras mães com o mínimo de instrução científica moral e cívica para a primeira educação dos filhos e filhas.

6.3 AS MATRÍCULAS DAS EDUCANDAS E SUAS ADMISSÕES NO INSTITUTO

No período de dezembro a janeiro dava-se o processo de matrículas e admissões de alunas no Instituto Benjamin Constant. Pelo Regulamento de 1892 vemos que ocorreu o aproveitamento das alunas do antigo Asilo Orfanológico Elisa Souto, onde pelo estado do prédio do Instituto só poderia oferecer a educação e a instrução para 50 alunas, e para serem aceitas deveriam ter idade de cinco e máximo 10 anos completos.

Pelo Regulamento de 1894, este número é elevado para 100 alunas, as idades para serem admitidas seriam de seis a 10 anos, sendo que, para se conseguir uma vaga, os pais ou protectores das futuras educandas deveriam:

Art. 14 - Os tutores, protectores ou pessoas que se interessem pelas matriculandas deverão apresentar ao Director do Instituto, até 31 de dezembro de cada anno, requerimento dirigido ao governador do Estado instruindo-o com todos os documentos e justificativas das condições em que se acharem para a matrícula de seus tutelados ou protegidos. Tais requerimentos serão informados e remetidos à Secretaria do Estado até o dia 6 de janeiro, em que será encerrada a matrícula (AMAZONAS, 1894, p. 1).

As matrículas para admissão de novas educandas ocorriam mediante chamada pelos jornais em circulação na cidade, e também no Diário Oficial, no qual encontramos, no dia 23 de janeiro de 1896, o seguinte texto:

De ordem do sr. Director interino do estabelecimento, convido os srs. Tutores ou protectores das meninas cuja admissão requereram para apresentarem-se com suas protegidas ou tuteladas no dia 1º de fevereiro de próximo às 8 horas da manhã, a fim de serem inspecionadas, nos termos do reg. em vigor.

Aquellas que deixarem de comparecer não serão mais admittidas à matrícula.

Secretaria do Instituto Benjamin Constant, em Manaus, 22 de janeiro de 1896.
Othilia Sarmiento Alves da Silva
Secretária (AMAZONAS, 1896, p. 3).

Nesse sentido, para serem admitidas, as meninas deveriam ser órfãs de pai ou mãe, filhas de funcionário público do Estado ou protetor do instituto, além de não possuírem nenhuma moléstia contagiosa, conforme consta nos regulamentos de 1892 e 1894. O instituto possuía um médico que fazia a fiscalização ou inspeção das candidatas, e depois de tornarem-se internas do instituto passavam por várias consultas para verificar a saúde das meninas.

O artigo 119 do Regulamento de 1894 nos diz que, encerrado o período de matrícula, nenhuma candidata poderia ser admitida. Como bem verificamos, existiam fora do período de matrícula várias solicitações, porém indeferidas pelo diretor do instituto. Verificamos isto em várias publicações do jornal Diário de Manáos, de 23 e 24 fevereiro, além dos dias 9, 10 e 18 de março de 1894. Portanto, como exemplo, temos: “Lindolpha Theodolina Gomes Costa, pedindo uma vaga no Instituto Benjamin Constant, para sua filha de nome Anna - Não há vaga” (DIÁRIO DE MANÁOS, 24 de fevereiro de 1894, p. 1).

Contudo, percebemos que ocorre uma distinção de classes, pois se fora do período algum protetor do instituto ou agente próximo do governo pedisse algumas das vagas, era prontamente atendido, conforme encontrado no exposto:

Requeira em termos - Foi despachado que o governador do Estado lançou na petição do Tenente-coronel José Antonio Nogueira Campos, pedindo para serem admitidas no Instituto Benjamin Constant, suas sobrinhas de nomes Maria Torquata e Maria Saloméa (DIÁRIO DE MANÁOS, 4 de julho de 1893, p. 1).

Sendo assim, as meninas admitidas como internas ficavam sob a proteção do instituto até os 18 anos, segundo nos

informam os regulamentos de 1892 e 1894, ou até concluírem seus estudos, em casos de desligamentos ou por contraírem casamentos.

6.4 CÓDIGO DE POSTURAS DO INSTITUTO

Os regulamentos nos informam sobre o tipo de comportamento que deveriam possuir as educandas, nos quais verificamos a vigilância constante das ações das meninas, em que vários funcionários, da regente à porteira, controlavam o tempo e os passos das educandas.

Todas as práticas e atos das educandas que não estivessem de acordo com a moral estabelecida pela instituição eram passíveis de repreensão; conforme o regulamento de 1894, temos as seguintes penas e punições que poderiam sofrer as alunas:

Notas más nos livros de aulas; Exclusão momentânea da aula; Privação de recreio com ou sem trabalho; Privação da saída nos dias determinados; Exclusão da mesa por uma ou mais vezes; Repreensão em particular ou perante as alunas reunidas; Prisão em sala para isso destinada; Expulsão atenuada; Expulsão ostensiva (AMAZONAS, 1894, p. 1).

As visitas que tinham direito as alunas de bom comportamento aconteciam aos domingos, das 9 às 11 horas da manhã, e à tarde das 3 às 6 horas, em salas destinadas para este tipo de evento, sendo estas visitas vigiadas e controladas por funcionários designados pela regente, pois dessa forma não haveria risco de as meninas corromperem-se com conversas mundanas.

Outra forma de vigilância era a violação das correspondências, em que a regente e sua auxiliar encarregavam-se de verificar o conteúdo das cartas recebidas pelas meninas, analisando um suposto conteúdo pernicioso para a moral das educandas, além de identificarem os objetos que eram levados para as meninas pelos

seus parentes ou protetores, podendo ser apreendidos:

As cartas dos parentes ou protetores, assim como quaesquer objectos que lhes forem enviados, serão entregues à Regente, que poderá inteirar-se de seu conteúdo, reservando-se o direito de obstar cheguem ao seu destino, se assim julgar conveniente à moralidade e disciplina do Instituto (AMAZONAS, 1894, p. 1).

Acerca da expulsão das meninas, ao ocorrer um ato como estes, eram entregues ao Juiz de Órfãos, em que os pais ou protetores deveriam encaminhar um ofício ao diretor do instituto requerendo o desligamento da educanda, no qual constam pedidos como estes nos Diários Oficiais de 11 de janeiro e 31 de dezembro de 1895 e no do dia 7 de fevereiro de 1896, conforme segue:

Ao Director do Instituto Benjamin Constant. Mandae desligar desse Instituto as educandas Clara e Lucinda, a fim de serem entregues à sua família, conforme requereu o cidadão Justino de Paula Marques, cunhado e tutor das mesmas, visto terdes informado não haver inconveniente algum no que solicitava o dito cidadão (AMAZONAS, 1895, p. 1).

Outro fator que podemos deduzir é que talvez muitas meninas, por não se adaptarem às normas rígidas, infringiam as regras e normas da instituição ou não possuíam aproveitamento nos estudos para poderem ser expulsas e, com isso, tornarem-se livres deste local de controle de seus corpos e mentes. Acerca desta afirmação, corrobora com o que dizemos a historiadora Alba Pessoa:

Sugerimos que o não aproveitamento dos estudos citados nos ofícios pode indicar não a falta de adaptação ou condições intelectuais de acompanhar o ensino. Mas, sim, que pode demonstrar, antes de tudo, uma recusa deliberada em se enquadrar nas normas da instituição. Sendo do conhecimento das alunas que o não aproveitamento

do ensino e a indisciplina incorrigível eram consideradas motivos de expulsão, pensamos ser possível que algumas educandas se utilizaram de tais meios como mecanismos de saída do Instituto [...]. Dessa forma, para tais menores, provavelmente, o Instituto significasse a perda da liberdade (PESSOA, 2010, p. 116).

Nesse sentido, as meninas não viviam apenas de castigos e penas, havia também as recompensas, que seriam: boas notas nos livros, elogio perante as alunas reunidas, três prêmios em cada ano conferidos às melhores alunas em todas as matérias, ou seja, as meninas eram controladas em todos os seus momentos, desde as aulas, passando pelo ato de acordar e dormir, a postura nas refeições, os castigos e as penas, as premiações, entre outras.

Estes fatores faziam com que as meninas possuíssem horários rígidos, nos quais podemos observar pela publicação do Diário Oficial de 28 de março de 1894:

Manhã - 5h despertar; 5 às 6h passeio pessoal; 6 a 6h30 oração; 6h30 às 7h15 estudo; 7h15 às 7h30 chamada; 7h30 às 8h café; de 8 para 11h30 aula; 11h30 a 12h almoço.

Tarde - de 12 para uma 1h recreio; 1 para 4h costuras; de 4 para 5h30 prendas; 5h30 às 6h jantar; de 6 para 7h recreio; de 7 para 8h estudo; de 8 a 8h30 oração; 8h30 às 9h chá, repouso, silêncio.

A despeito das professoras do instituto, estas deveriam ser normalistas, casadas ou solteiras, contudo com bom atestado de caráter. Ao que consta, deveriam ser maiores de 23 anos. Os professores homens deveriam ser clérigos ou então casados e de caráter ilibado e boa reputação.

Os professores e as professoras, como a qualquer funcionário ou membro do instituto, sofriam com penas e castigos aplicados a cada falta.

art. 130 - Os membros do magistério e todos os empregados do serviço administrativo e econômico que faltarem

aos seus deveres ficarão sujeitos às seguintes penas: 1º Admoestação; 2º Repreensão; 3º Suspensão do exercício de 8 a 90 dias. 4º Perda de Logar. Único: as duas primeiras penas serão impostas pela regente (AMAZONAS, 1894, p. 1).

Enfim, encontramos em nossa pesquisa e análise do código de postura imposto pelos Regulamentos de 1892 e 1894 que todos que estavam inseridos no instituto, fossem professores/professoras, funcionários e educandas, ficariam sujeitos ao controle e vigilância estabelecidos, sendo que aqueles que cumpriam à risca as determinações eram premiados; e aqueles que infringissem as regras e normas sofriam penas e castigos, que podiam ser simples ou severos, dependendo da gravidade do ato.

6.5 SOCIABILIDADE DAS EDUCANDAS

As meninas, de acordo com os horários do Instituto Benjamin Constant, verificados anteriormente, possuíam momentos para suas recreações, desde que não tivessem comportamento inadequado. Se isto ocorresse, eram privadas deste momento de lazer. Contudo, verificamos que grande parte do tempo das meninas era destinado ao estudo e aos trabalhos, e ainda sendo confiadas oito horas diárias de sono.

Os trabalhos realizados por cada uma das meninas lhes garantiam um pecúlio, o qual poderiam as educandas receber quando se desligassem do instituto, desde que não fossem expulsas. Este pecúlio era calculado pela regente e depositado em conta da Caixa Econômica pelo diretor da instituição ou na compra de títulos públicos em nome das alunas. Sobre os trabalhos preparados pelo Instituto, temos: “[...] manufatura de toda a sorte de costuras e obras de prendas domésticas, bem como trabalhos de costura para particulares e para uniformes dos alunos do Instituto de Artes e Ofícios e das praças da força pública do Estado” (AMAZONAS, 1894, p. 1). Os momentos de

visitas de pais, mães, parentes ou protetores eram espaços de sociabilidade, porém, como já verificamos, estas visitas passavam por constantes vigilâncias.

As meninas poderiam se casar, quando completassem idade adequada de contrair matrimônio. O instituto, através das colegas da felizarda, seria responsável pela confecção do enxoval da moça. As meninas eram levadas em alguns momentos a visitas públicas, o que, segundo o Diário Oficial de 7 de outubro de 1894, verificamos a estada das educandas na inauguração do Hospital de Alienados acompanhadas de sua regente, a Irmã Aquilina Gildidone.

Então, em termos de sociabilidade, as educandas restringiam-se ao recreio, algumas vistas públicas, a encontros de futuros casamentos e às visitas dos parentes e protetores com total vigilância da instituição.

6.6 EDUCAÇÃO COMO PREPARAÇÃO PARA SEREM BOAS FILHAS, IRMÃS, ESPOSAS E MÃES

É o que encontramos observando as fontes que tratam da disciplina rígida estabelecida no Instituto Benjamin Constant. Em outro momento, já dissemos qual o pensamento do governador Eduardo Ribeiro, ou seja, o objetivo maior seria “formar boas mães de família”, porém antes de tudo isso precisariam ser filhas, irmãs e esposas obedientes e exemplares, criadas nos princípios morais cristãos proporcionados pelas irmãs de Sant’Anna dentro deste internato de educação e instrução do feminino.

Durante sua estada como internas, as meninas aprendiam a ser obedientes e disciplinadas; além disso, instruíam-se para serem as primeiras educadoras de seus futuros filhos.

Apesar de no instituto ser

proporcionado o curso primário ou de primeiras letras, a valorização maior, como observamos, era acerca da educação moral e prendas domésticas, pois as meninas ou mulheres eram preparadas não para agirem em público, mas para se reservarem ao particular, ou seja, em sua casa, quando casarem-se, ou nas casas de famílias honestas, como empregadas domésticas.

No entanto, observamos que algumas se destacavam nos estudos, conseguindo seguir carreira de professora primária, como já citamos anteriormente.

Desta forma, verificamos que a emancipação do feminino durante este período, principalmente destas meninas, está longe de se concretizar, pois a educação e a instrução desenvolvida e aplicada pelo dito instituto eram para formar mulheres submissas a homens, fossem eles pais, irmãos, maridos ou patrões.

O Instituto Benjamin Constant será o palco em que a educação cristã católica conservadora, representada pela congregação das irmãs de Sant'Anna, irá prevalecer sobre o feminino, em que buscará controlar e vigiar as meninas ao máximo, dando-lhes sempre que possível o mínimo de instrução científica e preparando os corpos e as mentes femininas para exercerem a maternidade, sendo submissas e reclusas ao lar, seja ele do marido ou do patrão. Contudo, algumas vencem estes empecilhos e tornam-se professoras, agindo desta forma no campo público também.

7 CONCLUSÃO

Ao longo dos séculos, as mulheres conseguiram continuamente mais espaços, tudo isto devido às suas vitórias, derrotas, submissões, protagonismos etc. Compreender o feminino como inferior é relegar a mulher à margem, ou seja, uma não participação na construção da cidadania e dos processos históricos.

Acreditamos que a conquista da instrução e educação e sua consequente atuação como alunas ou professoras foi fundamental para o feminino poder ser sujeito ativo na história. Nosso objetivo com esta pesquisa foi alcançado, porém acreditamos que podemos ampliar nossas análises num futuro próximo, pois observamos como foi árduo o processo de inserção e conquista da educação e instrução por parte do feminino ao longo do processo histórico no Brasil e no Amazonas.

Verificamos, ainda, que tipo de educação e instrução era proposto no Instituto Benjamin Constant, durante o período de 1892 a 1896. Portanto, compreendemos que as meninas ali internadas passavam por uma vigilância constante, recebendo uma instrução científica razoável, porém a ênfase maior era dada à educação profissional, ou seja, ensino da moral e de prendas domésticas, em que se buscava formar boas filhas, irmãs, esposas e, acima de tudo, mães.

Contudo, as meninas mais destacadas atingiam o grau de professora primária dentro do instituto ou fora dele. Entretanto, as que não tiveram o mesmo empenho ou a sorte de arrumarem casamentos, submetiam-se aos trabalhos em casas de famílias honestas, como domésticas em geral.

Por fim, acreditamos que muito há de se fazer, não esgotamos o assunto. Com isso, novas pesquisas sobre educação e educação feminina no Brasil e no Amazonas, com outros recortes históricos, devem ser elaboradas, podendo servir como indicação para futuros trabalhos: a constituição e a formação de escolas femininas e mistas (coeducação de ambos os sexos) no Amazonas e no Brasil ao longo da história.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Jane Soares. **Mulher e**

Educação: paixão pelo possível. São Paulo: UNESP, 1998.

ALMEIDA, José R. P. de. **História da Instrução Pública no Brasil (1500-1889)**. Brasília: INEP, 1989.

AMAZONAS, Assembleia Legislativa do Estado. Leis de 1871 a 1889. In: *História do Poder Legislativo*. Manaus: Ed. Digital, 2002.

AMAZONAS, Estado do. Coleção de Leis, Decretos e Regulamentos do Estado (1890-1896). Colecionados no governo do Exmº sr. Dr. Fileto Pires Ferreira. Manaus: Imprensa Oficial do Estado, 1896. Acervo do IGHA.

AMAZONAS, Diário Oficial do Estado. Período Consultado: nov. de 1893 a jul. de 1896. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028843>>. Acesso em: 15 ago. 2013.

AMAZONAS, Diário Oficial do Estado. Regulamento do Instituto Benjamin Constant (1894), publicado no período de 9 a 28 de agosto de 1894. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028843>>. Acesso em: 15 ago. 2013.

AMAZONAS, Estado do. Decreto de nº 11, de 26 de abril de 1892. Manaus: Typografia do Amazonas, 1892. Acervo do IGHA.

AMAZONAS, Estado do. Regulamento do Instituto Benjamin Constant de 1892. In: Decreto de nº 11, de 26 de abril de 1892. Manaus: Typografia do Amazonas, 1892. Acervo do IGHA.

BARRETO, Cristiane Manique. História e Relações de gênero. In: MORGA, Antônio Emilio; BARRETO, Cristiane Manique (orgs.). **Gênero, sociabilidade e afetividade**. Itajaí: Casa Aberta Editora, 2009.

BARROS, José D'Assunção. **O campo da história:** especialidades e abordagens. Petrópolis: Vozes, 2004.

CAMPOS, Maria Dantas de. **Trabalho e Emancipação:** Um olhar sobre as mulheres de Manaus (1890-1930). (Dissertação de mestrado). Manaus: UFAM, 2010.

CASTRO, Hebe. História Social. In: CARDOSO, Ciro Flamarion Santana, VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da História:** Ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

COSTA, Francisca Deusa Sena. **Quando Viver Ameaça a Ordem Urbana**. Dissertação (mestrado em História). São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1998.

COSTA, Heloisa Lara Campos da. **As Mulheres e o Poder na Amazônia**. Manaus: EDUA, 2005.

DEL PRIORE, Mary. História das Mulheres: as vozes do silêncio. In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). **Historiografia Brasileira em Perspectiva**. São Paulo: Contexto, 1998.

DIAS, Edneia Mascarenhas. **A Ilusão do Fausto:** Manaus, 1890-1910. Dissertação (mestrado em História). São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1988.

FEITOSA, Orange Matos. **Sob o império da nova lei:** o amanhecer da República no Amazonas (1892-1893). Manaus: Fundação Encontro das Águas, 2008.

FRANCISCO FILHO, Geraldo. **A educação brasileira no contexto histórico**. Campinas/SP: Alínea, 2001.

GARCIA, Etelvina. **O Ministério Público**

na **História do Amazonas**. Manaus: Editora do Ministério Público, 2009.

JORNAL COMMERCIO do Amazonas, 1893. (consultado), Acervo do IGHA.

JORNAL DIÁRIO de Manáos, 1892-1893-1894. (consultado), Acervo do IGHA.

JORNAL DIÁRIO de Manáos, nº 206, Anno III, 4 de julho de 1893. (p.1). Acervo do IGHA.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Unicamp. 2003.

LOUREIRO, Antônio José Souto. **Síntese de História do Amazonas**. Manaus: Imprensa Oficial, 1978.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: Del Priori, Mary (org.) **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto / UNESP, 2012.

MENSAGEM do Exm.º Sr. Dr. Eduardo Gonçalves Ribeiro lida perante o Congresso dos Representantes, em 25 de março de 1895. Manáos: Imprensa Oficial do Amazonas, 1899. Acervo do IGHA.

MENSAGEM do Exm.º Sr. Dr. Eduardo Gonçalves Ribeiro lida perante o Congresso dos Representantes, em 1º de junho de 1896. Manáos: Imprensa Oficial do Amazonas, 1897. Acervo do IGHA.

MENSAGEM do Exm.º Sr. Dr. Eduardo Gonçalves Ribeiro lida perante o Congresso dos Representa do Estado Amazonas, em 10 de julho de 1894. Manáos: Imprensa Oficial do Amazonas, 1894. Acervo do IGHA.

MENSAGEM do Exm.º Sr. Dr. Eduardo Gonçalves Ribeiro lida perante o Congresso dos Representantes por ocasião da segunda sessão ordinária, em 10 de junho de 1893. Manáos: Typ. do Amazonas,

1893. Acervo do IGHA.

MENSAGEM do Exm.º Sr. Dr. Eduardo Gonçalves Ribeiro lida perante o Congresso Amazonense na Sessão de Instalação, em 1º de junho de 1892. Manáos: Typ. do Amazonas, 1892. Acervo do IGHA.

MENSAGENS dos Presidentes de Província do Amazonas no período de 1850 a 1889. Digitalizadas. Acervo Particular: Daniel Rodrigues de Lima.

MONTEIRO, Mário Ypiranga. **Negritude e modernidade**: A trajetória de Eduardo Gonçalves Ribeiro. Manaus: Edições do Governo do Estado do Amazonas, 1990.

NERY, Júlio. Um governador do Amazonas (1900-1904). Manaus: Imprensa Oficial, 1943.

OFÍCIO nº 1 de Fausto Augusto Aguiar, Presidente da Província do Pará, onde pelo artigo 15 da Lei nº 154, de 30 de novembro de 1848, nomeou a professora interina da cidade da Barra do Rio Negro (Manaus) em professora vitalícia, D. Libânea Teodora Rodrigues Ferreira, em 14 de janeiro de 1851 para este cargo vitalício. **Acervo Particular de**: J. A. S. L.

PESSOA, Alba Barbosa. **Infância e trabalho**: dimensões do trabalho infantil na cidade de Manaus (1890/1920). (Dissertação de mestrado). Manaus: UFAM, 2010.

REIS, Arthur César Ferreira. **História do Amazonas**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1989.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2005.

ROSEMBERG, Fúlvia. Mulheres educadas e a educação de mulheres. In: PINSKY,

Carla Bassanzi; PEDRO, Joana Maria
(org.) **Nova História das Mulheres no
Brasil**. São Paulo: Contexto/UNESP, 2012.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel
Henrique. **Dicionário de Conceitos
Históricos**. 2. ed. São Paulo: Contexto,
2009.

SOIHET, Rachel. História das Mulheres.
In: CARDOSO, Ciro Flamarion, VAINFAS,
Ronaldo (Orgs). **Domínios da História:**
Ensaio de teoria e metodologia. Rio de
Janeiro: Elsevier, 1997.

TAVARES NETO, João Rozendo. **A
República no Amazonas**: Disputas
Política e relações de poder (1888-1896).
(Dissertação de Mestrado). Manaus: UFAM,
2009.

UNIASSELVI - Centro Universitário Leonardo da Vinci
Rodovia BR 470, Km 71, no. 1040, Bairro Benedito
Caixa Postal: 191 - 89.130-000 - Indaial / SC
Fone (47) 281-9000/281-9090
www.uniassevi.com.br
editora@uniassevi.com.br
